



Cristiano Gianolla

Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

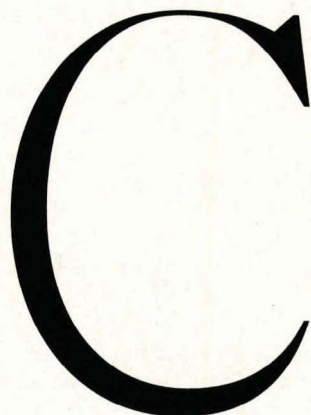
“O populismo autoritário não põe minimamente em questão o regime neoliberal da economia. Pelo contrário, favorece-o, na medida em que o Estado passa a ser um colaborador do mercado”

— POR ALEXANDRA CORREIA



ID: 124742034

03-09-2026



Cristiano Gianolla, 46 anos, trabalha no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra há 15 anos. Estudou Filosofia Política, Direitos Humanos e Democracia e doutorou-se em Sociologia e Ciência Política. Trabalha muito os temas do populismo, da emoção na política, das narrativas e das migrações.

Por sua iniciativa, o CES vai coordenar um projeto europeu para estudar a ascensão do autoritarismo e o futuro da democracia. Trata-se de um consórcio de instituições de 11 países (Alemanha, Brasil, Espanha, Finlândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia, Turquia e Zimbabué) que vão tentar perceber a razão pela qual os discursos autoritários seduzem cada vez mais pessoas e, mais importante ainda, o que se pode fazer para os travar.

Durante três anos, o projeto DeAppeal – Desconstruir e Resistir ao Apelo Autocrático para Revitalizar a Democracia, reunirá as investigações de sociólogos, politólogos, psicólogos, antropólogos, comunicadores, juristas e historiadores para depois se abrir à sociedade, em oficinas e laboratórios criados a pensar no combate à desinformação. Uma conversa sobre os novos populismos.

Como é que surgiu a oportunidade de liderar um consórcio europeu tão alargado?

É um projeto que surge em continuidade a um anterior, o UNPOC, cujo título era Desmontar o Populismo: Comparando a Formação de Narrativas da Emoção e os seus Efeitos no Comportamento Político. Continuámos a pensar que era necessário que o trabalho fosse para a frente, porque queríamos responder às perguntas que se formularam entretanto,

nomeadamente o que leva as pessoas a sentir vontade de suportar forças caracterizadas por uma visão polarizante e excludente da política. No momento em que os processos de autocratização estão em alta, queremos compreender como é que as pessoas suportam uma força política de protesto e passam, a partir daí, a promover políticas autoritárias. Candidatámo-nos ao Horizonte Europa [programa-quadro de investigação e inovação da União Europeia], que tem um nível de competição altíssimo. O orçamento do DeAppeal ronda os 3,8 milhões de euros, no total.

O título do projeto fala do objetivo de “revitalizar a democracia”. Isso é possível?

Temos de ter a certeza que é possível. É verdade que não tenho já a resposta, porque vamos estudar exatamente isso, mas sabemos de antemão que os processos de autocratização são sempre contrariados por uma resistência democrática. Devemos analisar e compreender de que modo essa resistência se redefine perante os desafios atuais que estamos a viver. Por exemplo, queremos compreender como os algoritmos, a vigilância de dados e as redes sociais alteram a relação entre cidadãos e Estados. Baseamos a nossa investigação em três fatores principais: os afetivos, o discursivo e o material.

Como caracteriza o autoritarismo contemporâneo?

É um autoritarismo disfarçado, que emerge na ideia de que a sociedade está fundada em princípios que foram atraídos e que devem ser restaurados. Tem uma capacidade camaleónica de se adaptar em contextos diferentes, replicando, contudo, algumas fórmulas que são experimentadas noutros países. O autoritarismo contemporâneo tem uma diferença em relação ao do passado, que é um diverso balanceamento da coerção, que sempre foi característico dos regimes autoritários. A coerção agora é usada de forma escalar, não é imediata. E também o uso da violência. Por exemplo, vemos o que acontece com o ICE, a polícia norte-americana contra a migração, onde há um poder disciplinar simbólico que é exercido pela

violência, aplicando novas técnicas a populações e grupos sociais tradicionalmente racializados e excluídos, para depois poder usá-las de forma mais ampla quando necessário. Mas uma força autoritária não tem a capacidade de desqualificar de forma definitiva a existência democrática. Embora, claramente, possa enfraquecê-la e redefinir-la em diferentes momentos de transição.

Mas como é que chegámos aqui? Há quem diga que são reações ao movimento woke, que há um certo extremismo da esquerda no alargamento dos direitos das minorias...

Essa é uma justificação baseada numa leitura puramente cultural do que está a acontecer. Não podemos esquecer nunca a dimensão material, o que está ligado à economia. O populismo coloca a questão da migração como um elemento facilmente veiculado. Porque a migração é um inimigo fácil de enfrentar e a pessoa migrante é aquela que, na realidade, contribui para manter um sistema económico que, em primeiro lugar, a penaliza. A imigração é usada para identificar culpados em questões sociais. Ao mesmo tempo, as pessoas migrantes fortalecem os processos económicos que, de alguma forma, geram esse descontentamento.

Os populismos, embora se digam antissistema, nunca põem em causa o sistema económico.

Tocou num ponto fundamental. Aquilo a que estamos a assistir é ao desmantelamento do Estado social que emergiu no pós-II Guerra Mundial, na Europa, e em Portugal depois do 25 de Abril. O Estado social trouxe uma ilusão de que existia um sistema político que pudesse gerir a economia de forma a permitir uma redistribuição justa do poder económico. Na realidade, o fortalecimento da economia neoliberal, a partir dos anos 70 (com Ronald Reagan, nos EUA, ou Margaret Thatcher, em Inglaterra) enfraqueceu essa ideia de um Estado de bem-estar que tivesse a capacidade de redistribuir. A concentração do poder económico leva também a uma concentração do poder político, e as tecnologias da informação são o mais evidente

exemplo disso no momento histórico que estamos a viver, o que faz com que as periferias desses poderes, que são a maioria da população, fiquem passivamente a suportar as consequências negativas dessa concentração. Obviamente, a exclusão gera insatisfação, levando à procura de alternativas fora do sistema vigente. Assim, o mito do antissistema impõe-se como uma característica da transição que a democracia liberal está a viver nesse momento. Ao abandonar os pressupostos do Estado social, a democracia liberal deixa de ser um sistema aceitável pela maioria da população e começa a ser criticada. As forças populistas criam a ilusão de que existe uma alternativa simples. Fortalecer a democracia implica expandir a sua relevância, não apenas como um sistema político que oferece serviços, porque esse é o modelo que acompanha o neoliberalismo, mas como um espaço de participação política, onde as pessoas é que constituem as instituições e não são apenas clientes individuais dessas instituições.

Mas por que razão os populismos atuais se focam então na questão cultural, nos hábitos e costumes?

O populismo de extrema-direita ou o populismo autoritário não põe minimamente em questão o regime neoliberal da economia. E, portanto, até pelo contrário, favorece esse regime na medida em que o Estado passa a ser, no tal chamado neoliberalismo autoritário, um colaborador do mercado e das forças que lá existem, como as empresas internacionais, permitindo o desenvolvimento de políticas públicas que favorecem um sistema de produção que é prejudicador das condições de vida da sociedade. Todas as políticas neoliberais que têm a ver com privatizações, com a deslocalização da produção, com o enfraquecimento da previdência social, são todas viradas nesse sentido. E o populismo autoritário não apenas não toca nisso, mas é exatamente esse populismo que criou, na teoria política, a escola pela qual a sociedade se individualizou. Margaret Thatcher costumava dizer que não existe a sociedade, existe um conjunto



Diferentemente do passado, este momento de autocratização pode explicar-se, em primeiro lugar, pela raiva. E vemos como a relação entre raiva e orgulho leva ao fortalecimento do autoritarismo”

de indivíduos. A partir dessa ideia, os cidadãos são vistos como consumidores de uma sociedade de mercado. E a economia neoliberal está acima da política. No caso dos Estados Unidos da América isso é muito visível – um autoritarismo social e cultural, persistindo, ao mesmo tempo, um neoliberalismo desregulado.

Como é que a democracia pode travar isso dentro dos valores democráticos, sem cair também no autoritarismo?

Estamos a assistir a alguns casos de reversão, de que são exemplos a Polónia, o Brasil ou a Hungria. É possível contrariar, a nível institucional, dinâmicas de autocratização. Também vemos que isso não leva necessariamente ao fortalecimento de políticas de esquerda radical – na Polónia e na Hungria venceram as eleições políticos de direita, e mesmo no Brasil, embora tenha um Presidente de esquerda, as políticas que consegue implementar dificilmente são identificáveis como políticas de esquerda radical. Mas a direita democrática não está tão longe das políticas neoliberais como seria necessário para repensar a economia e a redistribuição da riqueza. É por isso que a sombra da extrema-direita vai ficar.

Qual o papel das plataformas tecnológicas?

Os estudos das ciências sociais mostram que, de várias formas, as redes sociais servem como

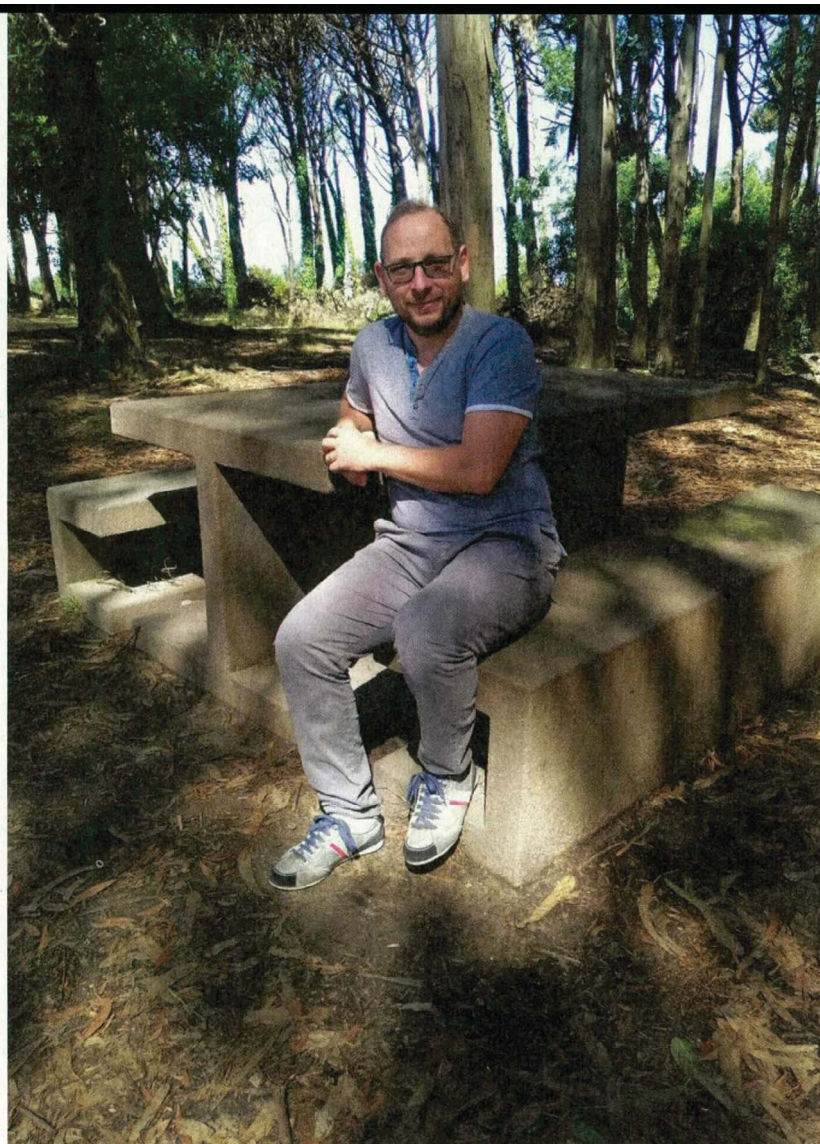
instrumento de comunicação que podem ter virtudes democratizadoras. Contudo, notamos também que a maioria dos estudos se foca no efeito negativo, ou seja, a criação de uma infraestrutura dentro de processos complexos não leva necessariamente a processos participados, igualitários, caracterizados por uma redistribuição do poder político. Por exemplo, os algoritmos que decidem qual é o vídeo que nós vamos ver no scroll do TikTok após o vídeo são planeados de forma muito estratégica, com base nos interesses económicos que estão atrás deles. Existe uma falta de capacidade de regulação na esfera pública digital, na qual quem sabe melhor usar esses instrumentos é mais facilmente capaz de os usar também de forma manipulativa. No uso das redes sociais, a extrema-direita tem uma competência enorme, uma capacidade de inovação incrível e de comunicação muito mais efetiva, que está a fazer a diferença. Por fim, como a economia está baseada na ideia do indivíduo enquanto consumidor, assim também está baseada a lógica de funcionamento das plataformas digitais, com mecanismos individualistas e competitivos que levam a um engajamento afetivo dentro da produção de conteúdo, onde os conteúdos polarizadores são os que mais circulam.

As redes sociais acentuam um sentimento de pertença a um determinado grupo?

As pessoas desenvolvem um sentido de reconhecimento pelo conteúdo que divulgam nas redes sociais, que faz com que elas sejam ativas. Diferentemente do passado, em que as pessoas eram maioritariamente coercidas dentro dos sistemas, agora elas participam na formação dos processos de autocratização. A força dos sistemas autoritários contemporâneos emerge da própria ação das pessoas, que são interessadas e ativas. Isso permite não apenas uma identificação com um partido político, mas também com uma causa social, através da reprodução do pensamento.

E qual é a narrativa?

Os discursos da extrema-direita reconectam-se com a questão da identidade nacional, a pureza



dessa identidade, a moralidade do povo. Mas também tem a ver com o acesso a bens materiais. A exposição é mais forte onde as pessoas se sentem maiormente abandonadas ou traídas pelas instituições. Gera-se um sentimento de raiva, um ressentimento que leva não apenas a uma crítica das instituições, mas a uma vontade de se comprometer com quem quer mudá-las. Daí a questão do mito antissistema.

Como se responde a essas pessoas sem as humilhar, sem lhes chamar ignorantes como tantas vezes acontece?

A democracia, enquanto sistema político, tem de se defender institucionalmente, em primeiro lugar. Tem de ter o poder de fortalecer as instituições democráticas, a divisão dos poderes, nomeadamente a independência do poder judiciário, que ainda consegue ter um papel fundamental para intervir no momento certo. Mas não chega. O mais importante é considerar a democracia como uma cultura, uma filosofia política e organizacional e não

apenas como um conjunto de instituições, fortalecendo o espírito democrático nas pessoas. Só que vivemos num sistema económico hipercompetitivo e acaba por ser muito complicado ter um espírito democrático igualitário quando não conseguimos sequer ter o poder para promover uma justiça social e uma redistribuição.

O autoritarismo é um apanaço do fascismo?

A questão do fascismo está a ser muito debatida nas ciências sociais neste momento, questionando-se se não seria mais apropriado falar de movimentos fascizantes. O debate não é fácil, porque o fascismo tem uma conotação histórica bastante clara, mas há características dos movimentos fascistas do passado que estão a ser reproduzidas de uma forma diferente na nossa contemporaneidade. Dou o exemplo da “manosfera”, essa esfera em que os homens se sentem vítimas de uma “exageração do wokismo”, acusando o feminismo de levar os homens a uma inferioridade. A “manosfera” é um exemplo claro

de como está a recriar-se na esfera digital um conjunto de forças que estão já a ser mobilizadas em prol de movimentos autoritários e de grupos fascistas.

Se o medo é a emoção mais usada pelo autoritarismo, qual devia ser a emoção da democracia?

Não acho que o medo seja, nesse momento, a primeira emoção para compreender o autoritarismo. Diferentemente do passado, este momento de autocratização pode explicar-se, em primeiro lugar, pela raiva. Houve um momento em que se estudava mais o populismo em relação ao medo, mas os estudos mostraram como a raiva é fundamental para articular a proposta que fala do populismo autoritário. É sempre uma articulação de uma narrativa de emoções. Existe também o orgulho, que é uma emoção teoricamente positiva, e vemos como a relação entre raiva e orgulho leva ao fortalecimento do autoritarismo. A democracia é caracterizada pela ideia de que a igualdade social é o objetivo a atingir. A ideia de justiça social só pode ser algo que claramente está no horizonte porque, efetivamente, ao nível material, é utópico que toda a gente, quantitativamente, esteja nesse nível. Mas a esperança sozinha não resolve tudo. Como a raiva não explica sozinha o autoritarismo. O que é preciso olhar é a que objeto essas emoções se ligam. É raiva de quê? De uma suposta elite política que falhou tudo? De uma suposta imigração que está a destruir a nossa identidade nacional? Ou é raiva de um processo de desapossamento baseado num critério de indivíduo que é impraticável junto com a justiça social? É a esperança de ver uma igualdade no futuro ou é a esperança de ver um país forte, guerreiro, baseado na força do machismo, que é o provedor da família? De que esperança é que estamos a falar? Nunca estaremos num caminho absolutamente autocrático, onde não é possível pensar a democracia, e também a democracia nunca será tão definitiva que a autocracia fica no passado e nunca mais volta. Temos sempre de ter essa vigilância e de ter a esperança também. acorreia@visao.pt